

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA NORMATIVA Nº 348, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

Dispõe sobre o Programa de Exame Periódico de Saúde no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 206-A da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria PGR/MPU nº 301, de 5 de junho de 2012, e na Portaria PGR/MPU nº 84, de 11 de fevereiro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º O Programa de Exame Periódico de Saúde – PEPS, destinado aos membros e servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, observará o disposto nesta Portaria.

Art. 2º A realização de Exame Periódico de Saúde – EPS, tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos membros e servidores em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

Parágrafo único. O EPS poderá ser realizado excepcionalmente durante o expediente sem a necessidade de compensação de horário.

Art. 3º Os membros e servidores serão submetidos ao EPS, conforme programação definida pela área de saúde do MPDFT, observando-se os seguintes intervalos de tempo, contados da data do ingresso no Órgão.

I – anual, para aqueles com idade acima de quarenta e cinco anos e para os portadores de doenças crônicas;

II – bienal, para aqueles com idade até quarenta e cinco anos, inclusive; e

III – anual ou em intervalos menores, para aqueles expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional, a critério da área de saúde do MPDFT.

MPDFT 0000144 30/OUT/2014 20:36



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

§ 1º Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos, o EPS deverá ser realizado com base no cargo de maior exposição a riscos no ambiente de trabalho.

§ 2º Os membros e servidores cedidos ou em exercício em órgãos e entidades distintas da sua origem, para efeito da programação constante no *caput* deste artigo, deverão ser considerados incluídos no EPS do local de exercício.

§ 3º Nos casos em que o órgão ou entidade cessionário não contar com o EPS, a realização deste é de responsabilidade do ramo do MPU a que pertence o membro ou servidor.

Art. 4º Compete à área de saúde do MPDFT estabelecer procedimentos para preservação do sigilo das informações sobre a saúde do membro e servidor, restringindo-se o acesso apenas ao próprio membro ou servidor, ou a quem este autorizar, e ao profissional de saúde responsável.

§ 1º Os dados do EPS comporão o Registro Eletrônico em Saúde – RES, para fins coletivos de vigilância epidemiológica e de melhoria dos processos e ambientes de trabalho, sendo garantido o sigilo e a segurança das informações individuais, de acordo com o previsto em normas de segurança expedidas pelo Conselho Federal de Medicina.

§ 2º O RES do MPDFT deverá ser desenvolvido com base nas normas do Manual de Requisitos de Segurança, Conteúdo e Funcionalidades para Sistema de Registro Eletrônico em Saúde no que couber.

Art. 5º O EPS será prestado:

- I – diretamente pelos serviços de saúde de cada um dos ramos do MPU, onde houver;
- II – mediante convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional; ou
- III – mediante contrato administrativo, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições legais.

§ 1º Para fins operacionais, a avaliação clínica geral e os exames laboratoriais, constantes do art. 7º desta Portaria, deverão ser realizados com a observância, preferencialmente, da seguinte ordem:

- I) diretamente pelo serviço de saúde de cada um dos ramos do MPU, onde houver;
- II) pela rede credenciada do Programa de Saúde e Assistência Social – Plan-Assiste, mediante de documento de identificação pessoal e do pedido de EPS emitido pela área de saúde de cada ramo do MPU; ou
- III) por outras operadoras conveniadas com Plan-Assiste, mediante a apresentação da carteira do plano de saúde e do pedido de EPS emitido pela área de saúde de cada ramo do MPU.

C



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

§ 2º O membro ou servidor que não utilizar as opções indicadas nos incisos do § 1º deste artigo poderá ser ressarcido pelas despesas realizadas em decorrência do EPS, observando-se as disposições do *caput* do art. 6º desta Portaria.

Art. 6º A avaliação clínica geral e os exames de rotina solicitados pelo PEPS serão isentos de custo, exceto quando o membro ou servidor do MPDFT realizá-los em instituição médica que praticar preços superiores aos constantes das tabelas próprias adotadas pelo Plan-Assiste, hipótese em que, para fins de ressarcimento, será utilizado o valor padrão.

§ 1º A isenção prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos exames complementares solicitados pelo médico assistente, ressalvados aqueles autorizados pelos §§ 2º e 4º do art. 7º desta Portaria.

§ 2º As tabelas referidas no *caput* deste artigo serão publicadas no sítio do Plan-Assiste na internet.

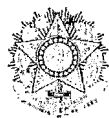
Art. 7º Para fins desta Portaria, serão solicitados os exames de rotina constantes do Protocolo de Exame Periódico de Saúde, a ser elaborado por comissão integrada por profissionais de saúde dos quatro ramos do MPU.

§ 1º A comissão a que se refere o *caput* será constituída por ato do Diretor-Geral.

§ 2º O Protocolo de Exame Periódico de Saúde deverá pautar-se nas melhores evidências científicas disponíveis no momento de sua elaboração e será revisado a cada cinco anos ou, a qualquer tempo, no caso de nova recomendação validada consensualmente pela comunidade científica.

§ 3º A lista de exames de rotina, até a implementação do Protocolo de Exame Periódico de Saúde, consistirá em:

- I – avaliação clínica geral, segundo Ficha Clínica do Exame Periódico de Saúde;
- II – exames laboratoriais;
  - a) hemograma completo;
  - b) glicemia de jejum;
  - c) perfil lipídico (colesterol total, LDL, VLDL, HDL e triglicerídeos); e
  - d) citologia oncológica (papanicolau), para mulheres.
- III – para os membros e servidores com idade acima de quarenta anos: sangue oculto nas fezes (preferencialmente método imunoquímico ou detecção DNA); e
- IV – para os membros e servidores com idade acima de cinquenta anos:
  - a) mamografia, para as mulheres; e
  - b) PSA (antígeno prostático específico), para os homens.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

§ 4º Além dos exames previstos neste artigo, os servidores que tiverem como atribuição principal a atividade de telefonia serão submetidos ao exame de audiometria tonal e aqueles que desempenharem atividade de direção veicular deverão realizar consulta oftalmológica com tonometria.

Art. 8º É lícito ao membro ou servidor se recusar a realizar o EPS, mas essa recusa deverá ser por ele consignada em formulário próprio, constante do anexo desta Portaria.

§ 1º Caso o membro ou servidor não responda à convocação para realizar o EPS ou formalize a recusa até o término do mês do seu aniversário, a omissão será considerada como desistência.

§ 2º A recusa permitida no *caput* deste artigo, ou a desistência por omissão, não implica exclusão no PEPS dos anos subsequentes.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Portaria serão custeadas exclusivamente pela União com recursos específicos destinados à Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, nos limites das dotações consignadas a cada unidade orçamentária.

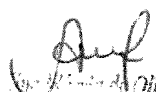
Art. 10. Compete ao Diretor-Geral dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação desta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

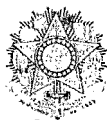
Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2015.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

  
**EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO**

Publicada em 31/03/15  
Esta cópia confere com o original

  
Oliveira Castro  
Diretor-Geral  
MPDFT



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**PROGRAMA DE EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE**

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome:

Matrícula:

Cargo:

Ramo/Lotação:

E-mail:

Telefone:

**DECLARAÇÃO**

Declaro minha recusa em submeter-me aos procedimentos necessários à realização do Exame Médico Periódico oferecido pelo Ministério Público da União, nos termos do art. 8º da Portaria PGR/MPU nº 301, de 05/06/2012.

Encaminhe-se ao Departamento de Atendimento à Saúde ou à respectiva área de saúde da unidade para conhecimento e providências cabíveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Local Data Assinatura